

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 112.729 - RJ (2019/0136122-0)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
RECORRENTE : VALDECIR DE OLIVEIRA (PRESO)
ADVOGADO : CÁTIA SILVEIRA FARIA LEMOS E OUTRO(S) - RJ143116
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por VALDECIR DE OLIVEIRA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (HC n. 0010950-05.2019.8.19.0000, relator Desembargador Antônio Jayme Boente).

Depreende-se dos autos que o recorrente foi pronunciado pelo crime previsto no art. 121, § 2º, incisos I, III e IV, bem como pelo delito do art. 211, ambos do Código Penal (ocultação de cadáver), praticado contra sua esposa. Na ocasião, foi mantida a prisão preventiva.

O Tribunal de origem denegou a ordem de *habeas corpus* que visava à substituição da prisão preventiva por domiciliar. Eis a respectiva ementa (e-STJ fl. 34):

HABEAS CORPUS. Júri. Crimes de homicídio qualificado e de ocultação de cadáver, vitimando a esposa do ora paciente. Pedido de substituição da prisão preventiva pela prisão domiciliar para que o paciente possa cuidar dos filhos menores. Paciente pronunciado. Indeferimento, por esta Primeira Câmara Criminal, do pedido de prisão domiciliar no julgamento do recurso em sentido estrito. Habeas corpus que deveria ter sido dirigido ao Superior Tribunal de Justiça. Inexistência de constrangimento ilegal a ser sanado. Prisão preventiva que se revela necessária para garantir a ordem pública e por conveniência da instrução criminal. Crime que teria sido cometido no lugar que servia de moradia para a família. Medida pretendida que não se revela adequada no caso concreto. Denegação da ordem.

Das razões do presente recurso, infere-se que o recorrente sustenta ausência de razões para a sua prisão cautelar. Ademais, defende a substituição da prisão preventiva por domiciliar, por meio da aplicação do inciso VI do art. 318 do Código de Processo Penal, alegando que é o responsável por seus dois filhos menores de 12 anos. Ao final, requer a expedição de alvará de soltura em seu favor.

Liminar indeferida às e-STJ fls. 113/115.

Prestadas as informações, o Ministério Público Federal opinou pelo desprovimento do recurso (e-STJ fls. 134/138).

É o relatório.

Decido.

Pois bem. Informações extraídas do endereço eletrônico do Tribunal de origem noticiam a superveniência, em 12/3/2020, de sentença condenatória em desfavor do ora recorrente, ocasião em que foi mantida a sua custódia cautelar.

Assim, fica sem objeto este recurso à vista da superveniência de novo título a embasar a custódia, não submetido a pronunciamento do Tribunal de origem.

A propósito:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL. PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE RECURSAL. PRISÃO PREVENTIVA. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA CONDENATÓRIA QUE MANTENHA A CUSTÓDIA CAUTELAR. NOVO TÍTULO. PREJUDICIALIDADE DO RECURSO EM HABEAS CORPUS. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. Cediço que não cabe a interposição de embargos de declaração contra decisão monocrática que julga prejudicado recurso, mas, em consonância ao princípio da fungibilidade recursal, há que se receber esta irresignação como agravo regimental.

2. Prevalece no âmbito da Sexta Turma desta Corte o entendimento no sentido de que constitui novo título a expedição de sentença condenatória que mantenha a custódia preventiva, mesmo que não lance mão de novos fundamentos para a manutenção daquela. Precedentes.

3. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental, ao qual se nega provimento. (EDcl no RHC n. 78.448/MG, relator Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 16/3/2017, DJe 23/3/2017, grifei.)

Ante o exposto, com base no art. 34, inciso XI, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **julgo prejudicado** o presente recurso ordinário em *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 03 de abril de 2020.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator